



EDUCAÇÃO // PROVA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E CAPACIDADES DOS PROFESSORES

Sindicatos entopem tribunais contra prova

- **Ministério** convocou exame para terça-feira. São quatro mil professores distribuídos por 80 escolas
- **Calendário** trava pré-aviso de greve, mas não providências cautelares, bloqueios e plenários

Alexandra Inácio e Ana Gaspar sociedade@jn.pt

A prova de avaliação dos professores está marcada para terça-feira. Com um aviso de três dias úteis, Nuno Crato fintou os sindicatos e travou nova greve. Mas não se livra de boicotes e mais uma batalha jurídica.

Explodiu que nem uma bomba, ontem, a convocatória para terça-feira da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC) para os professores contratados que, no dia 18 de dezembro, devido à greve, não fizeram aquele exame. Sete sindicatos, incluindo um da UGT, e a Fenprof vão entupir hoje os tribunais administrativos com novas providências cautelares.

Admitindo demora nas respostas, Mário Nogueira enviou ontem um recado claro aos professores que serão con-

vocados para a vigilância da PACC: "Os atestados médicos só são obrigatórios em situações de ausência em dias de exame ou reuniões de avaliação". Não é o caso, logo. "Quem tiver um imprevisto, como um furo ou uma indisposição", basta justificar. É a resposta dos sindicatos "à política cobarde" que impediu a entrega de um pré-aviso de greve, diz Mário Nogueira.

O despacho foi publicado ontem, mas entrou em vigor antontem, quando foi assinado. "Antes de o ser, já o era", critica Nogueira, garantindo que desta forma, "à socapa", o Ministério contornou os cinco dias úteis de antecedência que são exigidos para entrega de um pré-aviso de greve e também os cinco dias mini-

mos para avisar os professores da prova. "É uma política cobarde", acusa.

A partir de amanhã e até segunda-feira, os sindicatos vão realizar plenários nas escolas onde se vai realizar a PACC. No dia da prova, também haverá reuniões sindicais naqueles 80 estabelecimento, que podem servir para justificar as faltas dos professores, sindicalizados ou não.

O secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário garantiu ontem, em conferência de imprensa, ao início da noite, que o Ministério cumpriu todos os prazos legais. João Grancho sublinhou que esta "não é uma nova prova, mas uma aplicação extraordinária" da anterior, realizada a 18 de dezembro.

A tutela dividiu os cerca de 4000 docentes por 80 escolas (aproximadamente 50 por estabelecimento), o que requer uma logística menor, reduzindo o efeito dos anunciados protestos. João Grancho, aliás, não acredita que os boicotes se irão confirmar e sobre as providências cautelares frisa "que já 20 foram apresentadas e nenhuma produziu efeitos".

André Pestana, do Movimento de Professores "Boicote & Cerco", garante que esse cenário já está em preparação. A Associação de Professores Contratados vai articular-se com os sindicatos. César Israel Paulo classifica a decisão de "sacanice" e considera que esta "prova inútil será a única marca da legislatura de Nuno Crato, além dos muitos cortes". ●

NO DIA DA PROVA, HAVERÁ PLENÁRIOS NAS ESCOLAS. PODEM SERVIR PARA JUSTIFICAR FALTAS

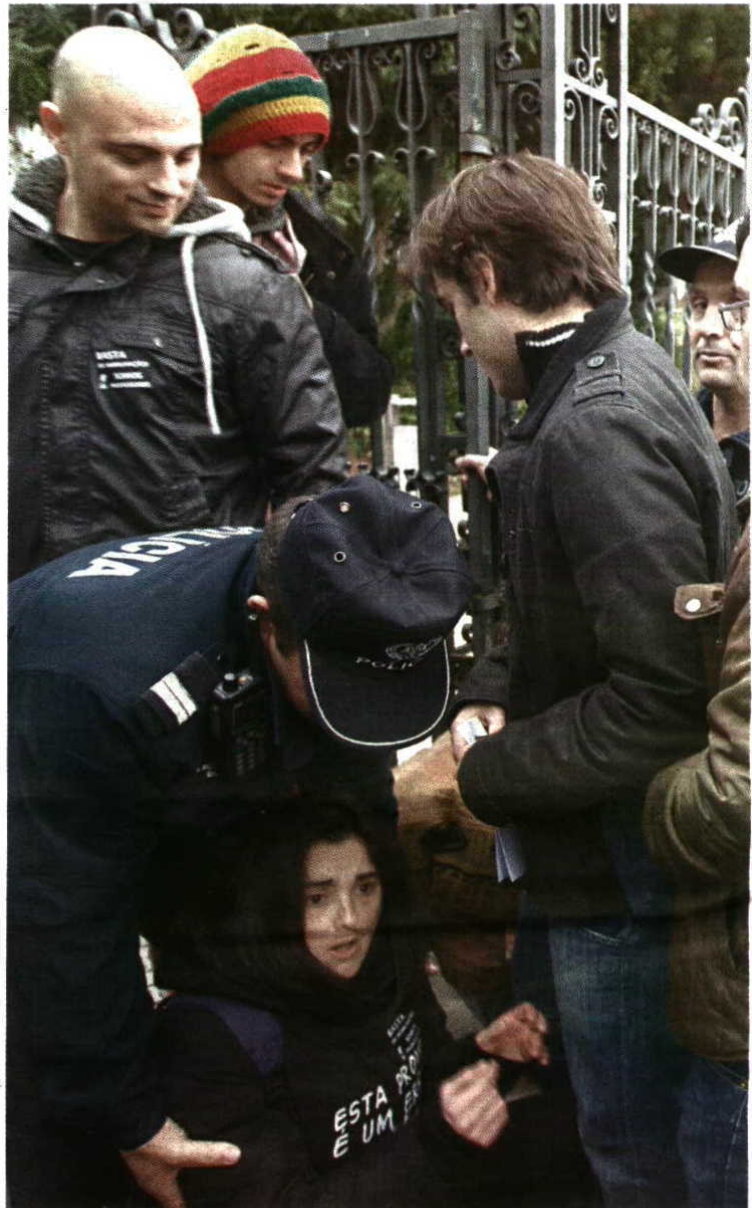
EM NÚMEROS // PROFESSORES

4 mil docentes fazem prova dia 22

9 mil e 500 fizeram a 18 de dezembro

São 4000 os docentes que farão agora a prova de avaliação, no próximo dia 22. Serão espalhados por 80 escolas do país. Devem ainda comprovar que não fizeram a prova em dezembro por motivos "alheios" à sua vontade.

A PACC é obrigatória para todos os docentes com menos de cinco anos de serviço que pretendam concorrer a concursos para lecionar. No total, estavam inscritos em dezembro 13 500 professores. Fizeram a prova 9500.



Na prova de dezembro passado, a polícia foi chamada a intervir

[OS EMBATES DE NUNO CRATO]

Greve no exame de Português

Em junho de 2013, a Fenprof convocou uma greve que afetou o exame de Português e as avaliações finais. A luta estendeu-se por várias semanas.

o ano letivo, sem terem colocado um único professor contratado. Foi um início de aulas conturbado, com atrasos, turmas enormes e outros problemas.

Educação especial

A redução, no ano letivo passado, dos professores de educação especial foi fortemente contestada, quer

pelos pais de crianças com necessidades educativas especiais, quer pelas escolas.

Municipalização das escolas

A transferência de competências para alguns municípios, já no próximo ano letivo, é das mais recentes polémicas do setor. A tutela dos professores é dos pontos mais sensíveis.



Diretores de escolas “em contrarrelógio”

Revoltados, dirigentes têm instruções para chamar a polícia em caso de desacatos

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

A CONVOCATÓRIA do ministro apanhou “totalmente de surpresa” todos os diretores. Alguns reagiram “com revolta” e classificaram a “inesperada ordem” como “falta de respeito”. Outros já admitem poder convocar todos os docentes que estejam ao serviço na terça-feira para o serviço de vigilância à prova (PACC), tal como foi feito a 18 de dezembro, dia de greve.

Cerca de 80 – aqueles que dirigem as escolas onde a PACC se vai realizar – receberam um email, enviado por volta das 8 horas de ontem, a convocá-los para uma reunião às 16.30 horas em Lisboa. Principal mensagem transmitida pelos dois secretários de Estado: caberá aos diretores garantir a reali-



Diretores foram ontem chamados a Camparide, em Lisboa

zação da prova de forma tranquila e em segurança. Protestos e constrangimentos, como a entrada do corpo de intervenção da polícia nas escolas, não são situações desejáveis.

“Quem não fizer a prova será excluído do concurso de vinculação extraordinária externo ou de contratações de escola durante o próximo ano. É o futuro que está em causa. É um tremenda responsabilidade”, defende Filinto Ramos Lima, após o encontro. Para o vice-presidente da Associação

“As instituições devem respeitar-se. É inusitada a marcação de um exame em tão curto espaço de tempo”

José Eduardo Lemos
Pres. Conselho Escolas

Nacional de Diretores, a consequência para quem falhar a prova será o afastamento da carreira. Por isso, o também diretor da Dr. Costa Matos, em Vila Nova de Gaia, deseja não ter cercos à sua porta. A recomendação dada por João Grancho e João Casanova de Almeida para essas situações foi clara: os diretores terão de chamar as forças de segurança, tal como noutras situações de desacato. Na Costa Matos, farão a prova cerca de 50 docentes. Serão distribuídos por três salas e vigiados por seis docentes. Não há número para os suplentes.

Os diretores também tiveram ontem de convocar até às 19 horas os docentes que farão o secretariado e vigilância. Muitos já estarão de férias, frisa Manuel Pereira, que considerou a convocatória “uma falta de respeito”. Desde ontem e até segunda, é a segunda época de exames do Secundário – há reuniões marcadas há muito. “É inusitado”, conclui, por sua vez, o presidente do Conselho de Escolas. ●

DEPOIMENTOS



José Augusto Pacheco
Prof. e investigador da UMinho

“Qualquer prova precisa de tempo de preparação”

“N um período em que os professores estão extremamente cansados, a marcação de uma prova em cima da hora pode ter consequências graves nas carreiras”, critica José Augusto Pacheco, do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. “O que parece é que o Ministério da Educação quis apanhar as escolas e os professores em contramão, o que só lhe traz críticas, porque não é possível aprovar esta estratégia”, considera o professor universitário. Qualquer prova, sublinha, exige preparação, nem que seja a nível psicológico, pelo que “se já estava prevista a realização da prova no dia a seguir ao último exame, a data já devia ter sido comunicada”.



Ana Maria Bettencourt
Ex-pres. Cons. Nac. Educação

“Este Governo tem estado sem rumo”

Inaceitável – esta a opinião de Ana Maria Bettencourt sobre a marcação da prova de avaliação dos professores com três dias úteis de antecedência. “As escolas estão assoberbadas nesta altura do ano e este anúncio causa instabilidade. É uma estratégia inaceitável”, critica. “Assumo a posição defendida pelo Conselho Nacional de Educação de que as reformas e as mudanças devem ser progressivas, avaliadas e negociadas com os parceiros”, salienta a antiga presidente daquele órgão. “Este Governo tem estado sem rumo”, sustenta. Se para as escolas representa um acréscimo de trabalho numa época crítica, para os professores o transtorno não é menor, porque terão pouco tempo para se preparem.

Juristas dizem que prazo de 20 dias devia ser respeitado

TAL COMO A PROVA de 18 de dezembro, também a de dia 22 deveria ter sido publicitada com os 20 dias úteis de antecedência, previstos no decreto regulamentar da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), sublinham dois juristas ouvidos pelo JN.

“Admito que o Governo entenda que essa publicitação foi feita em novembro, porque publicou um despacho a definir o dia 18 de dezembro como data em que iria ter lugar essa prova, explica Tiago Serrão, especialista em contencioso administrativo. “Do ponto de vista jurídico, essa

ANÚNCIO DE CINCO DIAS PÔE EM CAUSA PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

visão é correta ou não é muito discutível”, prosseguiu o sócio da sociedade de advogados PLMJ.

Também Raul Mota Cerveira, sócio da Miranda Correia Amendoeira e Associados, entende “ser claramente desproporcional a fixação de um prazo de cinco dias”. O especialista em Direito Ad-

ministrativo justifica a opinião “desde logo porque a decisão de realização desta prova poderia ter sido adotada há muito tempo (desde dezembro) e, sobretudo, porque não é exigível aos professores que se preparem num prazo tão curto”. Está-se a “ofender o princípio da proporcionalidade previsto no Código do Procedimento Administrativo”, afirma. Para os dois especialistas, o recurso dos professores a providências cautelares pode não surtir efeito em tempo útil, para a suspensão da PACC. Mesmo que o Ministério da Educação e Ciência fosse citado segunda-fei-

ra, acrescenta Tiago Serrão, a tutela “pode emitir um documento que nós chamamos ‘resolução fundamentada’, que, no fundo, impediria o efeito que os sindicatos pretendem”. Ou seja, é um documento que diz que “há razões de interesse público que impedem a realização da prova”. Quanto à inviabilização do recurso à greve, devido ao prazo reduzido, Raul Mota Cerveira considera tratar-se de uma atuação que não é legítima, “na medida em que poderá traduzir-se num subterfúgio prático para inviabilizar o exercício do direito de greve”. ANA GASPAR

PCP E BLOCO DE ESQUERDA QUEREM OUVIR MINISTRO

► O PCP e o Bloco de Esquerda pediram esclarecimentos urgentes ao ministro da Educação sobre a marcação da prova de avaliação de professores com três dias de antecedência. Os comunistas querem a presença do ministro da Educação no Parlamento, com caráter de urgência. Hoje, realiza-se uma reunião da comissão de Educação, em que será votado o requerimento para ouvir Nuno Crato.

Por seu lado, o Bloco de Esquerda também exigiu esclarecimentos a Nuno Crato sobre o assunto. “O BE condena esta nova tentativa de realização da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, uma prova discriminatória, cujo único propósito foi inserir um novo mecanismo de restrição no acesso à profissão”, afirma o partido, que dirigiu uma pergunta ao ministro, através da Assembleia da República.



CONTRA TESTE A CONHECIMENTOS E CAPACIDADES //P.4 E 5

Professores boicotam prova de avaliação

● **Ministro** finta sindicatos e trava pré-aviso de greve. Docentes avançam com ações para abortar exames